



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE GIRUÁ  
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



Ofício nº119/2017  
SMAD/SP

Giruá, 11 de outubro de 2017.

**Senhor Presidente**

Cumprimentamos cordialmente Vossa Excelência, momento em que vimos encaminhar para apreciação e deliberação o **Projeto de Lei nº116/17 que “Dispõe sobre a regulamentação e critérios de concessão dos benefícios eventuais no âmbito da Política de Assistência Social no Município de Giruá/RS”**.

O Projeto de Lei em tela, dispõe sobre a regulamentação e critérios de concessão dos benefícios eventuais no âmbito da Política de Assistência Social no Município de Giruá/RS, o que vem em encontro de exigências de legislações vigentes na esfera federal

Desta forma o Executivo Municipal, em conjunto com a Secretaria Municipal de Promoção Humana, propõe, com a aprovação do presente Projeto, uma Lei atualizada com as realidades vivenciadas nos últimos tempos pela Assistência Social Municipal, bem como com as normativas estabelecidas a nível federal, o que trará benefícios de grande importância à comunidade giruaense e também contribuirá com a gestão desta política e com os trabalhadores do SUAS, nos processos de implantação, aprimoramento e/ou reordenamento das ações programas, projetos e serviços, dispondo de maior proteção e efetividades, e, ainda, trará subsídios às deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social.

Diante do exposto, e considerando a importância para o bom andamento dos serviços, espera-se a aprovação do projeto ora apresentado.

Sem mais, e nos colocando a disposição, despedimo-nos,

Atenciosamente,

**Ruben Weimer**  
**Prefeito Municipal**

**Excelentíssimo Senhor**  
**Sérgio Clademir Gaist**  
**Presidente do Poder Legislativo**

Centro Administrativo Bruno Edgar Schwerz  
Rua Independência, nº 90, Centro, CEP: 98870-000 – Fone: (55) 3361-2000  
administracao@girua.rs.gov.br  
“VIVA A VIDA SEM DROGAS”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE GIRUÁ  
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



PROJETO DE LEI Nº116/2017

DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

**Dispõe sobre a regulamentação e critérios de concessão dos benefícios eventuais no âmbito da Política de Assistência Social no Município de Giruá/RS.**

## **CAPÍTULO I**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS**

#### **Seção I**

#### **Da Definição**

**Art. 1º** - A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido pelo art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, consolidada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

**Art. 2º** - Benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestados aos cidadãos e às famílias residentes do Município de Giruá/RS, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).

§ 1º Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais humanos.

§ 2º O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual.

§ 3º É proibida à exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza.

§ 4º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

§ 5º Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante parecer social, elaborado por:

a) Assistente Social que compõe a equipe de referência dos equipamentos sociais – CRAS,

Centro Administrativo Bruno Edgar Schwerz  
Rua Independência, nº 90, Centro, CEP: 98870-000 – Fone: (55) 3361-2000  
administracao@girua.rs.gov.br  
“VIVA A VIDA SEM DROGAS”

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b>  <b>MUNICÍPIO DE GIRUÁ</b>  <b>“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”</b>  <b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b></p>	
---	---	---

CREAS e de alta complexidade, ou;

b) Assistente Social responsável pela concessão dos benefícios eventuais, vinculado ao órgão gestor.

## Seção II

### Dos Princípios dos Benefícios Eventuais

**Art. 3º** - Os benefícios eventuais devem atender, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, aos seguintes princípios:

- I - integração à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades básicas humanas;
- II - constituição de provisão certa para enfrentar com agilidade e presteza eventos incertos;
- III - proibição de subordinação a contribuições prévias e de vinculação a contrapartidas;
- IV - adoção de critérios de elegibilidade em consonância com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS;
- V - garantia de qualidade e prontidão de respostas aos usuários, bem como de espaços para manifestação e defesa de seus direitos;
- VI - garantia de igualdade de condições no acesso às informações e a fruição dos benefícios eventuais;
- VII - afirmação dos benefícios eventuais como direito relativo a cidadania;
- VIII - ampla divulgação dos critérios para a sua concessão; e
- IX - desvinculação de comprovações complexas e vexatórias de pobreza, que estigmatizam os benefícios, os beneficiários e a Política de Assistência Social.

## Seção III

### Dos Beneficiários em Geral e Da Forma de Concessão dos Benefícios Eventuais

**Art. 4º** - O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de custear por conta própria com o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social, cuja ocorrência provoca riscos ou fragiliza a unidade da família.

§ 1º Na comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual são vedadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias.

Centro Administrativo Bruno Edgar Schwerz  
Rua Independência, nº 90, Centro, CEP: 98870-000 – Fone: (55) 3361-2000  
administracao@girua.rs.gov.br  
“VIVA A VIDA SEM DROGAS”



§ 2º Considera-se Família para efeito da avaliação da renda per capita o núcleo básico, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade circunscrito a obrigações recíprocas e mútuas organizadas em torno de relações de geração, gênero e homoafetiva que vivem sob o mesmo teto (LOAS/ NOB-SUAS).

**Art. 5º** - O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do salário-mínimo vigente, e será concedido conforme § 5º do Art. 2º.

§ 1º Nos casos em que as famílias não se enquadrarem no critério de renda mensal per capita familiar, a equipe de referência ou o responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais, terá autonomia para a concessão de benefício, por meio de justificativa por escrito, a qual deverá ser juntada ao estudo socioeconômico ou parecer social.

§ 2º O benefício de transferência de renda Programa Bolsa Família – PBF do Governo Federal não será contabilizado para a concessão de benefício eventual.

§ 3º A concessão dos benefícios eventuais poderá ser cumulada, conforme o caso, dentre as formas previstas no *caput* deste artigo.

**Art. 6º** - As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Parágrafo único - Não se constituem, dentre outros, como benefícios eventuais:

- a) concessão de medicamentos;
- b) concessão de órtese e prótese;
- c) tratamento de saúde;
- d) concessão de fraldas geriátricas;
- e) saúde bucal;
- f) concessão de óculos;
- g) leites especiais (intolerância à lactose/alergia à proteína do leite);
- h) transporte escolar;
- i) material didático escolar.

## CAPÍTULO II

### DAS MODALIDADES DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE GIRUÁ  
"CAPITAL DA PRODUTIVIDADE"  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



## **Seção I**

### **Da Classificação**

**Art. 7º** - No âmbito do Município Giruá, os benefícios eventuais classificam-se nas seguintes

modalidades:

- a) auxílio-natalidade;
- b) auxílio por morte;
- c) auxílio-moradia;
- d) auxílio em situações de vulnerabilidade temporária;
- e) auxílio em situações de desastre e calamidade pública;
- f) auxílio documentação.

## **Seção II**

### **Da Documentação**

**Art. 8º** - A ausência de documentação pessoal, não será motivo de impedimento para a concessão do benefício, devendo a Secretaria Municipal de Promoção Humana no que compete a esta, adotar as medidas necessárias ao acesso do indivíduo e suas famílias à documentação civil e demais registros para a ampla cidadania do mesmo.

## **Seção III**

### **Do Auxílio-natalidade**

### **Subseção I**

#### **Da Definição**

**Art. 9º** - O benefício eventual, na modalidade de auxílio-natalidade, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

**Art. 10** - O alcance do auxílio-natalidade é destinado a família e atenderá os seguintes aspectos:

- I - necessidades do recém-nascido;

Centro Administrativo Bruno Edgar Schwerz  
Rua Independência, nº 90, Centro, CEP: 98870-000 – Fone: (55) 3361-2000  
administracao@girua.rs.gov.br  
"VIVA A VIDA SEM DROGAS"

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b>  <b>MUNICÍPIO DE GIRUÁ</b>  <b>“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”</b>  <b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b></p>	
---	---	---

II - apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido;

III - apoio à família no caso de morte da mãe.

## Subseção II

### Das Formas de Concessão

**Art. 11** - O auxílio-natalidade será concedido na forma de bens de consumo.

## Subseção III

### Dos Documentos

**Art. 12** - As beneficiárias do auxílio-natalidade serão cadastradas nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, onde apresentarão documentos de identificação para a percepção do auxílio de que trata esta seção, a saber:

- a) carteira de identidade ou documentação equivalente e CPF do requerente;
- b) número de Identificação Social – NIS
- c) comprovante de residência no Município de Giruá, por meio de conta de água, luz, telefone, IPTU ou outra forma prevista em lei, se houver;
- d) comprovante de renda pessoal, se houver;
- e) certidão de nascimento do recém-nascido, se houver, ou documento expedido pela Secretaria Municipal de Saúde do registro de nascimento.

## Seção IV

### Do Auxílio por Morte

## Subseção I

### Da Definição

**Art. 13** - O benefício eventual, na modalidade por morte, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, na forma de bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.



## Subseção II Das Formas de Concessão

**Art. 14** - O auxílio será concedido na forma das seguintes modalidades:

- I – custeio de despesas de traslado, urna funerária, de velório e sepultamento;
- II – custeio de necessidades urgentes da família para enfrentar os riscos e vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membro.

## Subseção III Dos Critérios

**Art. 15** - O auxílio por morte será assegurado às famílias:

- a) que comprovem residir no Município de Giruá/RS;
- b) sem renda ou possuírem renda familiar per capita igual ou inferior a ½ salário-mínimo nacional vigente.

Parágrafo único - O auxílio por morte será concedido as pessoas em situação de rua, bem como aos usuários da assistência social que, em passagem por Giruá/RS, vierem a óbito no Município e aos que estiverem em unidades ou entidades de acolhimento sem referência familiar.

**Art. 16** - O auxílio por morte deve ser ofertado preferencialmente pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e na unidade da Secretaria Municipal de Promoção Humana, conforme seu funcionamento, em dias úteis, fins de semana e feriados para o atendimento ininterrupto.

## Subseção IV Dos Documentos

**Art. 17** - O representante familiar e/ou responsável do “De Cujus” será cadastrado no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, onde apresentará documentos de identificação para a percepção do auxílio de que trata esta seção, a saber:

- a) carteira de identidade ou documentação equivalente e CPF do requerente;
- b) número de Identificação Social – NIS
- c) comprovante de residência no Município de Giruá, por meio de conta de água, luz, telefone, IPTU ou outra forma prevista em lei, se houver;



- d) comprovante de renda pessoal, se houver;
- e) certidão de óbito e guia de sepultamento;
- f) documentos de identificação do “De Cujus”, se houver.

**Seção V**  
**Do Auxílio-moradia**

**Subseção I**  
**Definição**

**Art. 18** - O Auxílio-moradia caracteriza-se como uma provisão suplementar provisória de assistência social, prestada como aluguel social, para suprir a necessidade das famílias que sofreram perdas do imóvel ou que estejam em situações de risco social e pessoal decorrentes de:

- I - moradia que apresenta condições de risco de desmoronamento;
- II - situação de sinistro habitacional;
- III - situação de abandono ou impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;
- VI - situações de famílias em dificuldades socioeconômicas durante os processos de remoções ocasionados por:
  - a) decisões governamentais de reassentamento habitacional;
  - b) decisões desocupação de área de risco;
  - c) outras situações sociais que comprometam a sobrevivência e a convivência familiar e comunitária.

**Subseção II**  
**Dos Beneficiários**

**Art. 19** - O público-alvo do auxílio de que trata esta subseção são as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, residentes no Município de Giruá/RS

**Subseção III**  
**Forma de Concessão**





**Art. 20** - O auxílio poderá concedido em caráter provisório através do aluguel social, de até 03 (três) meses, com possibilidade de prorrogação por igual período, mediante avaliação e acompanhamento do profissional Assistente Social das unidades de atendimento (CRAS, CREAS e Secretaria Municipal de Promoção Humana).

#### **Subseção IV Dos Critérios**

**Art. 21** - Na seleção de famílias e dos indivíduos, para fins de concessão deste auxílio, devem ser observados, além da renda familiar per capita de  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do salário-mínimo e outros critérios como:

- a) indicativos de violência contra crianças, adolescentes, jovens, adultos, mulheres e idosos, como trabalho infantil, conflito com a lei, abuso e exploração sexual, negligência, isolamento, maus-tratos; ou por questões de gênero e discriminação racial e sexual;
- b) situação de abandono ou impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;
- c) moradia que apresenta condições de risco de desmoronamento;
- d) situação de sinistro habitacional;
- e) pessoas idosas e/ou pessoas com deficiência em situação de isolamento;

Parágrafo único - O usuário perceberá o auxílio mediante relatórios de acompanhamento elaborado pela equipe técnica, enquanto perdurar a situação de vulnerabilidade, sem desconsiderar o caráter temporário e eventual deste benefício.

#### **Subseção V Dos Documentos**

**Art. 22** - Os beneficiários do auxílio-moradia serão cadastradas nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, onde apresentarão documentos de identificação para a percepção do auxílio de que trata esta seção, a saber:

- a) carteira de identidade ou documentação equivalente e CPF do requerente;
- b) número de Identificação Social – NIS
- c) comprovante de residência no Município de Giruá, por meio de conta de água, luz, telefone, IPTU ou outra forma prevista em lei, se houver;
- d) comprovante de renda pessoal, se houver;



## Seção VI

### Do Auxílio em Situação de Vulnerabilidade Temporária

#### Subseção I

##### Definição

**Art. 23** - O Auxílio em Situação de Vulnerabilidade Temporária caracteriza-se como uma provisão suplementar provisória de assistência social, prestada em bens de consumo, para suprir a família em situações de vulnerabilidade temporária, que envolvem acontecimentos do cotidiano dos cidadãos e podem se apresentar de diferentes formas produzindo diversos padecimentos.

**Art. 24** - A vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

- I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;
- II - perdas: privação de bens e de segurança material;
- III - danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único - Os riscos, perdas e danos podem decorrer de:

- I - ausência de acesso a condições e meios para suprir a necessidade cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente de alimentação;
- II - falta de documentação;
- III - perda circunstancial decorrente de ruptura e vínculos familiares e comunitários.

#### Subseção II

##### Dos Beneficiários

**Art. 25** - O público-alvo do auxílio de que trata esta subseção são as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, residentes ou em passagem pelo Município de Giruá/RS.

#### Subseção III

##### Da Finalidade

**Art. 26** - O auxílio visa a suprir situações de riscos, perdas e danos imediatos que impeçam o desenvolvimento e a promoção sociofamiliar, possibilitando o fortalecimento dos

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b>  <b>MUNICÍPIO DE GIRUÁ</b>  <b>“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”</b>  <b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b></p>	
---	---	---

vínculos familiares e garantir a inserção comunitária.

#### **Subseção IV**

##### **Forma de Concessão**

**Art. 27** - O auxílio poderá concedido em caráter provisório através dos seguintes bens de consumo:

- a) aporte nutricional (cesta de alimentos);
- b) auxílio passagem para as seguintes modalidades:
  - I- mudança de domicílio;
  - II - doença, falecimento de parentes de primeiro grau, que residam em outras cidades;
  - III - assumir emprego em outro município mediante comprovação;
  - IV – pessoas em situação de rua ou andarilhos, ou em passagem pelo município que estejam em situação de risco e vulnerabilidade social.

#### **Subseção V**

##### **Dos Critérios**

**Art. 28** - Na seleção de famílias e dos indivíduos, para fins de concessão deste auxílio, devem ser observados:

- a) indicativos de violência contra criança, adolescente, jovem, adulto ou idoso, como trabalho infantil, conflito com a lei, abuso e exploração sexual, negligência, isolamento, maus-tratos; ou por questões de gênero e discriminação racial e sexual;
- b) moradia que apresenta condições de risco;
- c) pessoas idosas e/ou pessoas com deficiência em situação de isolamento;
- d) situação de pobreza ou extrema pobreza (sem renda ou renda familiar mensal per capita de até R\$ 170,00 (cento e setenta reais) e de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), em conformidade com os ajustes e/ou critérios estabelecidos pelo Governo Federal;
- e) famílias com indicativos de rupturas familiares;
- f) famílias que possuam renda familiar per capita igual ou inferior a 1/3 (um terço) do salário mínimo nacional.

Parágrafo único - O usuário perceberá o auxílio mediante relatórios de acompanhamento elaborado pela equipe técnica, enquanto perdurar a situação de vulnerabilidade, sem

Centro Administrativo Bruno Edgar Schwerz  
 Rua Independência, nº 90, Centro, CEP: 98870-000 – Fone: (55) 3361-2000  
[administracao@girua.rs.gov.br](mailto:administracao@girua.rs.gov.br)  
**“VIVA A VIDA SEM DROGAS”**

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b>  <b>MUNICÍPIO DE GIRUÁ</b>  <b>“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”</b>  <b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b></p>	
---	---	---

desconsiderar o caráter temporário e eventual deste benefício.

## Subseção VI

### Dos Documentos

**Art. 29** - Os beneficiários do auxílio-moradia serão cadastradas nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, onde apresentarão documentos de identificação para a percepção do auxílio de que trata esta seção, a saber:

- a) carteira de identidade ou documentação equivalente e CPF do requerente;
- b) número de Identificação Social – NIS
- c) comprovante de residência no Município de Giruá, por meio de conta de água, luz, telefone, IPTU ou outra forma prevista em lei, se houver;
- d) comprovante de renda pessoal, se houver;

## Seção VII

### Do Auxílio em Situação de Desastre e/ou Calamidade Pública

#### Subseção I

##### Definição

**Art. 30** - O auxílio em situação de desastre e/ou calamidade pública é uma provisão suplementar e provisória de assistência social, prestada para suprir a família e o indivíduo na eventualidade dessas condições, de modo a assegurar-lhe a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia.

Parágrafo único - A situação de calamidade pública é o reconhecimento pelo poder público de eventos anormais, advindos de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos a comunidade afetada, inclusive a segurança ou a vida de seus integrantes, e outras situações de calamidade.

#### Subseção II

##### Dos Beneficiários

Centro Administrativo Bruno Edgar Schwerz  
Rua Independência, nº 90, Centro, CEP: 98870-000 – Fone: (55) 3361-2000  
administracao@girua.rs.gov.br  
“VIVA A VIDA SEM DROGAS”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE GIRUÁ  
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



**Art. 31** - O público-alvo deste auxílio são as famílias e indivíduos vítimas de situações de desastre e/ou de calamidade pública, os quais se encontrem impossibilitados de arcar por conta própria com o restabelecimento para a sobrevivência digna da família e de seus membros.

### **Subseção III**

#### **Forma de Concessão**

**Art. 32** - O auxílio será concedido na forma de bens de consumo, em caráter provisório, levando-se em conta a avaliação socioassistencial de cada caso.

### **Seção VII**

#### **Do Auxílio Documentação**

### **Subseção I**

#### **Definição**

**Art. 33** - O auxílio documentação, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, garantindo aos cidadãos e às famílias, a obtenção dos documentos que necessitem e que não disponha de condições para adquiri-los, ficando isentos de pagamentos.

### **Subseção II**

#### **Dos Beneficiários**

**Art. 34** - O público-alvo deste auxílio são as famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade que não possuem condições financeiras de arcar com despesas de registros.

### **Subseção III**

#### **Forma de Concessão**

**Art. 35** - O auxílio será concedido na forma de emissão de 2ª via de documentos, mediante critérios estabelecidos no Art. 4º desta lei, tais como:

a) certidão de nascimento;

Centro Administrativo Bruno Edgar Schwerz  
Rua Independência, nº 90, Centro, CEP: 98870-000 – Fone: (55) 3361-2000  
administracao@girua.rs.gov.br  
“VIVA A VIDA SEM DROGAS”

	<p>ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE GIRUÁ “CAPITAL DA PRODUTIVIDADE” SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</p>	
---	--	---

b) certidão de casamento com ou sem averbação;

c) certidão de óbito.

Parágrafo único - Excepcionalmente será concedido auxílio foto (3x4) para confecção de documentos.

### CAPÍTULO III

#### Seção I

##### Dos Procedimentos para a Concessão

**Art. 36** - A Secretaria Municipal de Humana realizará todos os procedimentos necessários a concessão e operacionalização dos benefícios eventuais dispostos nesta Lei.

#### Seção II

##### Da Equipe Profissional

**Art. 37** - A avaliação socioeconômica será realizada por assistente social, e o acompanhamento das famílias e dos indivíduos beneficiários será realizado por técnicos integrantes do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Promoção Humana.

### CAPÍTULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 38** - Compete ao Município de Giruá, por intermédio da Secretaria Municipal de Promoção Humana, destinar recursos para o custeio do pagamento dos benefícios eventuais, devendo constar de seus instrumentos de planejamentos.

**Art. 39** - A prestação de contas será operacionalizada pela Secretaria Municipal de Promoção Humana, conforme legislação.

Parágrafo único - Deverá ser encaminhada, até o dia 30 de abril do ano subsequente, ao Conselho Municipal de Assistência Social, prestação de contas relativas aos benefícios eventuais concedidos, para acompanhamento.

**Art. 40** - O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais estabelecidos nesta Lei será fixado em valor igual ou inferior a  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do salário mínimo nacional, ou na ausência de renda, conforme o caso.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE GIRUÁ  
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



**Art. 41** - Responderá civil e penalmente quem utilizar os benefícios eventuais para fins diversos ao qual é destinado, como também o agente público, que de alguma forma contribuir para a malversação dos recursos públicos objeto dos benefícios de que trata essa Lei.

**Art. 42** - Por serem considerados direitos socioassistenciais, é vedada a vinculação dos benefícios eventuais a quaisquer Programas de Governo, em consonância as diretrizes da Política Pública de Assistência Social, disciplinada na forma do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

**Art. 43** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 44** - Revogam-se as disposições em contrário, e as Leis Municipais nº2181/2001, nº2323/2002 e o Decreto nº 011/2001.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GIRUÁ/RS, EM 11 DE OUTUBRO DE 2017, 62º ANO DA EMANCIPAÇÃO.**

**RUBEN WEIMER**  
**Prefeito Municipal**

Centro Administrativo Bruno Edgar Schwerz  
Rua Independência, nº 90, Centro, CEP: 98870-000 – Fone: (55) 3361-2000  
administracao@girua.rs.gov.br  
“VIVA A VIDA SEM DROGAS”